

DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST. DE TRANSPORTES

Estudo Técnico Preliminar 94/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 50008.001232/2025-40

2. Introdução

O Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira fase do planejamento de uma contratação, identificando o interesse público envolvido e a melhor solução para atendê-lo.

A presente contratação tem por finalidade assegurar a execução dos serviços de manutenção (conservação e recuperação) da BR-156/AP, no segmento km 749,30 ao km 802,40, que é essencial para garantir a funcionalidade da rodovia, assegurar a segurança dos usuários e evitar a perda do investimento público já realizado na pavimentação do extremo norte do país.

OO objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme detalhamento a seguir (art. 12, inciso VII e art. 18, caput, da Lei nº 14.133 de 2021; IN SEGES/ME nº 58, de 2022 e Decreto nº 10.947/22):

- ID PCA no PNCP: 04892707000100-0-000013/2026;
- Data da publicação no PNCP: 30/04/2025;
- Id do item no PCA: 328;
- Classe/Grupo: 542 - Serviços Gerais de Construção para Obras de Engenharia Civil e
- Identificador da Futura Contratação: 393003-343/2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária/Diretoria de Infraestrutura Rodoviária/DNIT	Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior

4. Descrição da necessidade

Manutenção Rodoviária da BR-156/AP, km 749,30 ao km 802,40 na forma do PATO

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A BR-156/AP é uma rodovia federal de caráter longitudinal, integrante da malha rodoviária da Região Norte, com papel estratégico na integração do Estado do Amapá e na ligação entre o município de Laranjal do Jari e a fronteira com a Guiana Francesa. Trata-se da principal via terrestre de acesso à faixa de fronteira norte do país, de relevante importância socioeconômica, turística e de segurança nacional, por promover a conectividade com a cidade de Oiapoque e permitir o escoamento da produção regional, bem como o transporte de insumos e bens de consumo entre os polos urbanos e fronteiriços.

O segmento compreendido entre o km 749,30 e o km 802,40 apresenta 53,10 km de extensão em pista simples pavimentada e constitui o subtrecho final da rodovia em território nacional. O trecho vem apresentando manifestações patológicas típicas de desgaste do revestimento asfáltico, trincas interligadas, afundamentos e perda de aderência superficial, associadas ao regime pluviométrico intenso e à elevada umidade característica da região. Observa-se ainda a deterioração dos dispositivos de drenagem e acostamentos, erosões localizadas e danos em defensas metálicas, exigindo a execução de serviços corretivos e preventivos de conservação.

A ausência de cobertura contratual vigente e as condições de degradação verificadas em campo comprometem a trafegabilidade e a segurança dos usuários, demandando intervenção imediata. O trecho ficou sem contrato ativo após a não renovação da avença anterior, fato agravado pela suspensão de continuidade administrativa decorrente de ocorrências institucionais na Superintendência Regional, conforme relatado no Ofício nº 288269/2025/SRE-AP. Assim, a nova contratação se faz indispensável para assegurar a continuidade da política de manutenção e evitar prejuízos à malha federal sob jurisdição do DNIT.

A elaboração do presente Plano Anual de Trabalho e Orçamento (P.A.T.O.) fundamenta-se na Resolução nº 8/2023/DNIT, no Manual de Conservação Rodoviária (IPR-710) e nos parâmetros de desempenho e priorização estabelecidos pela Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária (CGMRR/DIR).

A contratação contribuirá diretamente para a manutenção da trafegabilidade e segurança viária, o escoamento da produção regional, a integração fronteira com a Guiana Francesa e o cumprimento dos objetivos estratégicos do DNIT.

Em razão do contexto apresentado, a execução dos serviços de manutenção (conservação e recuperação) no segmento km 749,30 ao km 802,40 é essencial para garantir a funcionalidade da rodovia, assegurar a segurança dos usuários e evitar a perda do investimento público já realizado na pavimentação do extremo norte do país.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos básicos para viabilizar a pretensa contratação:

- Abertura de processo próprio para cada contratação de conservação rodoviária;
- Conclusão e encaminhamento do Plano de Trabalho (PATO), Orçamento completo, Quadro de Quantidades e Cronograma atualizado;
- Termo de Aprovação - PATO;
- Documento de Formalização da Demanda específico;
- Realização de Estudo Técnico Preliminar da contratação;
- Mapa de Riscos;
- Elaboração do Termo de Referência;
- Concordância e/ou aprovação do Termo de Referência;
- Indicação de Recursos Orçamentários;
- Elaboração de minuta do edital (em conformidade com normativos e/ou padrões vigentes, se e onde cabível);
- Análise jurídica (com possíveis correções/complementações);
- Definição do pregoeiro;
- Elaboração e divulgação do Edital;
- Condução do certame licitatório em fase externa;
- Publicação dos atos no sítio eletrônico do DNIT;
- Adjudicação e Homologação do certame;
- Encaminhamento para contrato;
- Fiscalização concomitante com execução dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

O orçamento referencial foi elaborado de acordo com as Tabelas SICRO, SINAPI (preços não constantes do SICRO), ANP (materiais betuminosos). Para alguns materiais (areia, brita, pedra de mão e pó de pedra) foram considerados os preços cotados no comércio local. Foram elaborados orçamentos nas condições de recolhimento de tributos onerada e desonerada, conforme orientação contida na Instrução Normativa Nº 62/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021 (SEI! nº 9245343) e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, dos quais adotou-se o menor orçamento, garantindo assim maior economicidade à Administração Pública.

7. Descrição da solução como um todo

Os serviços necessários para atingir a solução desejada (a manutenção da malha viária) serão realizados por demanda de acordo com:

- Manual de Conservação Rodoviária do IPR, disponível no endereço http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/710_manual_de_conservacao_rodoviaria.pdf
- Resolução nº 08, de 6 de novembro de 2023 – Estabelece a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO e à execução, medição, fiscalização, prorrogação e adequação de contratos de PATO, disponível no endereço: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/resolucoes/resolucao-no-9-2023>

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Contratação de empresa para Execução dos Serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) na BR-156/AP, referentes ao Plano Anual de Trabalho e Orçamento - P.A.T.O. - Segmento: KM 749,30 ao KM 802,40, na forma do Plano Anual de Trabalho e Orçamento - PATO:

Jurisdição: Superintendência Regional do DNIT no estado do Amapá - SRE/AP;

Os serviços necessários para atingir a solução desejada (a manutenção da malha viária) serão realizados por demanda de acordo com:

- Manual de Conservação Rodoviária do IPR, disponível no endereço http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/710_manual_de_conservacao_rodoviaria.pdf
- Resolução nº 08, de 6 de novembro de 2023 – Estabelece a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO e à execução, medição, fiscalização, prorrogação e adequação de contratos de PATO, disponível no endereço: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/resolucoes/resolucao-no-9-2023>

RESUMO DO ORÇAMENTO				
ITEM	SERVIÇOS	PREÇO S/DESONERAÇÃO	PREÇO C/DESONERAÇÃO	% REPRESENTATIVO
1.0	CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	R\$ 40.156.665,83	R\$ 41.779.364,68	77,78%
2.0	DEMAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - DSM	R\$ 7.091.807,83	R\$ 7.323.280,75	13,74%
3.0	SINALIZAÇÃO DE OBRAS	R\$ 215.405,61	R\$ 212.447,87	0,42%
4.0	SERVIÇOS DE APOIO TECNICO E ADMINISTRATIVO.	R\$ 4.166.167,33	R\$ 4.224.195,09	8,07%
	VALOR TOTAL DA OBRA	R\$ 51.630.046,60	R\$ 53.539.288,39	100,00%
	CUSTO KM/ANO	R\$ 972.317,26	R\$ 1.008.272,85	S/DES

- Regime de Contratação: Empreitada por Preço Unitário;
- Modalidade de Contratação: Pregão;
- Critério de julgamento: Menor Preço;
- Forma de Execução da Licitação: Eletrônica;
- Modo de Disputa: Aberto e Fechado; e
- Código de Serviço de Engenharia: Conservação / Manutenção / Restauração de rodovia - Código 22896.

Os quantitativos completos se encontram no Plano Anual de Trabalho, que compõe o presente processo de contratação.

Prazos:

- Prazo de execução (obras): 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, marco inicial da contagem da execução a partir da “Ordem de Início de Serviço”.
- Prazo de vigência: 545 (quinhentos e quarenta e cinco) dias consecutivos, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 51.630.046,60

O orçamento possui data-base de julho/2025 e está estimado em **R\$ 51.630.046,60 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta mil quarenta e seis reais e sessenta centavos).**

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optou-se pela não divisão do objeto em lotes, uma vez que o segmento da BR-156/AP, compreendido entre o km 749,30 e o km 802,40, com extensão de aproximadamente 53 km, apresenta características homogêneas de traçado, pavimento e regime de tráfego, bem como continuidade funcional e operacional, constituindo o trecho final

A Resolução nº 8/2023/DNIT estabelece como referência técnica o porte médio de cerca de 100 km por contrato PATO, parâmetro plenamente atendido pelo presente segmento. O parcelamento artificial acarretaria aumento de custos indiretos (mobilização, canteiros e administração local), além de dificultar a fiscalização e a padronização dos níveis de desempenho exigidos.

Trata-se de serviços de natureza contínua e interdependente — conservação rotineira, preventiva, corretiva e intervenções funcionais — que devem ser executados de forma uniforme para garantir trafegabilidade, segurança e durabilidade da plataforma. A execução por um único contrato assegura economicidade, eficiência administrativa e coerência técnica, em conformidade com os princípios do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, do Manual de Conservação Rodoviária (IPR-710) e da própria Resolução nº 8/2023/DNIT.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Serviços de supervisão da execução das obras de manutenção/conservação/restauração rodoviária, sob a jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no estado do Amapá - SRE/AP.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está plenamente alinhada à Missão institucional do DNIT, que consiste em implementar a política de infraestrutura de transportes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Ao garantir a manutenção/conservação da BR-156/AP, o contrato promove a continuidade dos serviços públicos essenciais de transporte, assegurando a trafegabilidade com segurança viária aos usuários em uma das principais rotas de integração territorial e fronteira do Estado do Amapá.

Sob a ótica da Visão organizacional, que busca consolidar o DNIT como referência de competência técnica e institucional em infraestrutura de transportes, a contratação reforça o compromisso com padrões de excelência na manutenção do ativo e a regular execução dos serviços de conservação rodoviária, baseados em metodologias normatizadas (Resolução nº 8/2023 e Manual de Conservação IPR-710). O PATO foi elaborado conforme critérios técnicos padronizados, garantindo transparência, rastreabilidade e qualidade na aplicação dos recursos públicos.

A contratação também contribui diretamente para os objetivos estratégicos de “Resultados e entregas para a Sociedade”, especialmente nas dimensões de Satisfação aos Usuário, Segurança e Qualidade, ao elevar o nível de serviço da rodovia, reduzir riscos de acidentes e assegurar a manutenção das condições operacionais da via, além da proteção do patrimônio público. Assim, reforça o compromisso institucional com a eficiência do transporte rodoviário federal e com a melhoria da mobilidade e integração regional.

Por fim, o processo segue as diretrizes de Governança e Integração previstas no Mapa Estratégico 2023–2027, ao adotar práticas de planejamento técnico integrado, gestão eficiente dos contratos e sustentabilidade econômico-ambiental. A execução do contrato contribui para a consolidação da governança pública no setor rodoviário, fortalecendo o controle, a transparência e a efetividade das ações de manutenção, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e das boas práticas de gestão pública preconizadas pelo DNIT.

Nesse sentido, considerando a missão institucional deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT de implementar a política de infraestrutura de transportes contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país e, dentre os objetivos estratégicos correlatos à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR, o de "Assegurar a manutenção das vias de transporte" definido no Mapa Estratégico detalhado a seguir:



- **Resultados para a sociedade (Segurança e satisfação do Usuário):** Recuperar o nível de serviço das vias de transporte;
- **Integração (Informação e comunicação):** Assegurar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações, visando à transparência;
- **Governança (Contratações):** Assegurar a efetividade das contratações e fiscalizações.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação, e o grau de sua relevância nos seguintes aspectos:

- **Assegurar a manutenção das vias de transporte:** Assegurar a manutenção das vias de transporte por meio de programas de manutenção estruturados que garantam a funcionalidade e qualidade a longo prazo nas rodovias federais para proporcionar a redução do tempo de viagem e do custo logístico, aumentando a segurança, conforto, a fluidez e confiabilidade dos serviços.

A presente contratação está prevista no Plano Plurianual - PPA 2024-2027, (Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024), tendo adequação orçamentária e financeira com o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA/2025 (PLN 26/2024), bem como possui compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024). A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Garantir a vida útil das rodovias, otimizando os investimentos, evitando a necessidade precoce de intervenções de maior monta, como a restauração rodoviária, ou mesmo retardando a sua execução ainda que a vida útil do segmento esteja comprometida (considerando as restrições orçamentárias

atualmente imputadas à Superintendência Regional e o gerenciamento de decisões acerca de intervenções de maior robustez pelo DNIT /Sede-DF), com efeito direto na preservação ambiental, pois, desta forma, minimiza-se a utilização de recursos naturais e os impactos ambientais decorrentes da sua exploração.

Quanto aos aspectos econômicos, a devida conservação/manutenção da rodovia tem reflexo direto na proteção do patrimônio público em função das intempéries, redução dos custos de transportes dos usuários, gerando assim um benefício econômico e social, dada a redução dos custos de produtos de mercadorias e serviços aos usuários.

Espera-se também o ganho ambiental advindo da redução da queima de combustível e consequente emissão de poluentes.

No que tange aos recursos humanos, o DNIT não tem condições operacionais e recursos humanos disponíveis em seu quadro para a execução dos serviços ora em análise, o que justifica a necessidade da contratação.

O aproveitamento dos recursos humanos está garantido por meio do sistema de custos SICRO que estabelece de forma sistemática a produtividade de cada equipe para cada serviço contratado.

14. Providências a serem Adotadas

PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Caberá ao DNIT a nomeação de fiscais para executarem a fiscalização do contrato.

A fiscalização técnica dos serviços estabelecidos será efetuada por servidor designado da Superintendência Regional do DNIT no estado do Amapá (AP), sendo a ele incumbida a tarefa de verificar a efetividade do serviço executado.

Os critérios e procedimentos técnico-administrativos padrão, no âmbito da Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do Contrato se darão em conformidade com o Manual de Diretrizes para Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de Contratos no âmbito do DNIT, estabelecido pela Resolução Nº 20, de 30 de dezembro de 2020 (SEI! nº 7244588).

Essa fiscalização também se pautará nas definições do Plano de Trabalho de Referência e no atendimento dos padrões de desempenho estabelecidos nos normativos do DNIT.

15. Possíveis Impactos Ambientais

DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DEBAIXO CONSUMO DE ENERGIA E OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

A empresa vencedora deverá observar o previsto na Instrução Normativa Nº 61/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021 (SEI! nº 9244340), que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC.

A contratada deverá utilizar na execução dos serviços as boas práticas de sustentabilidade atendendo aos seguintes critérios:

- No âmbito do licenciamento ambiental, a Lei Complementar nº 140/2011 e o Decreto nº 8.437/2015 dispõem que o Órgão Ambiental Competente expedirá as licenças “prévia”, de “instalação” e de “operação” do empreendimento;
- Ficará a cargo da contratada, a obtenção das licenças de jazidas e das áreas de apoio;
- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA; e
- Além disso, a futura empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:
 1. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
 2. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
 3. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

4. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont;
5. Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
6. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
7. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
8. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
9. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais - EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
10. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
11. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
12. Atendimento às Instruções Normativas do DNIT, principalmente a Instrução Normativa Nº 61/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021 (SEI! nº 9244340) que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC; e
13. Atendimento aos Normativos vigentes do DNIT.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE ABNER DE OLIVEIRA FILHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/03/2026 às 13:51:46.

BRAULIO FERNANDO LUCENA BORBA JUNIOR

Agente de contratação

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que o DNIT não possui estrutura física, material e humana necessária para realizar a execução do empreendimento;

Considerando que a conclusão do empreendimento é de suma importância para fomentar e a retomada da economia planejada pelo Governo Federal, principalmente, tendo em vista que o DNIT é um dos pilares executor e fomentador da Infraestrutura de Transportes, sendo a mesma relacionada a melhorias na mobilidade urbana e à segurança viária;

Considerando a missão institucional do DNIT e obrigação legal de manutenção de toda a malha rodoviária federal; e

Por fim, considerando que existe viabilidade financeira, uma vez que estão garantidos na LOA/2026 os recursos necessários.

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser **VIÁVEL** a contratação da solução demandada.